

PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD) NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Historical course of Distance Education (DE) in the training of teachers

Silene Brandão Figueiredo¹

Resumo

O presente artigo vem tratar da Educação a Distância (EAD) na formação de professores e tem como objetivo apontar algumas mudanças no perfil do estudante desta modalidade de ensino. O texto trata a EAD como uma forma de política pública de formação de professores e traz uma abordagem sobre as suas primeiras experiências no Brasil com o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). A pesquisa é qualitativa com revisão bibliográfica. Utiliza-se de diversos documentos, tais como: LDB nº 9.394/96, Plano Nacional de Educação e decretos da EAD. Analisa-se que os cursos de formação de professores a distância estão cada vez mais ofertados no País e que a justificativa para a sua utilização, bem como a forma de procura, já não é mais pelos mesmos motivos de anos anteriores.

Palavras-chave: Educação a Distância, Formação de Professores, Tecnologias.

Abstract

This article comes deal of Distance Education (EAD) in the training of teachers and has the purpose of pointing out some changes in the profile of the student this teaching modality. The text deals with the EAD as a form of public policy for the training of teachers and brings an approach on their first experiences in Brazil, with the use of Information and Communication Technologies (ICT). The research is qualitative with literature review. It Utilizes various documents, such as: LDB no. 9.394 /96, National Education Plan and Decrees of EAD. It is analyzed that teacher training courses to distance are increasingly offered in the country and that the justification for its use, as well as the form of demand is no longer for the same reasons of previous years.

Keywords: Distance Education, Training of Teachers, Technologies.

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Possui experiência docente no Ensino Superior (UNEB) e na Educação Básica (Coordenação Pedagógica no município de Paulo Afonso -BA). Desenvolve atividades no Núcleo de Pesquisa e Extensão - UNEB/ Campus VIII, com foco na formação de professores na perspectiva sócio-histórica. E-mail: sibrafi@bol.com.br.

Introdução

Desde a década de 1990 do século XX, o Brasil vem promovendo por meio da modalidade de Educação a Distância (EAD), um intenso processo de implantação de programas de formação inicial de professores, tido como estratégia de acesso e expansão do ensino superior. Inicialmente, como forma de atender as orientações expressas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996), foi possibilitada às universidades fazerem uso da EAD em até 20% da sua carga horária. Posteriormente, fundamentada em tal Lei, criaram decretos e pareceres específicos, a exemplo do Decreto nº 2.494/98ⁱ. Este abriu o campo da EAD, também, para a esfera privada, sem limites precisos, credenciando várias instituições de ensino superior.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), o uso dessa modalidade de ensino tinha como objetivo ampliar as oportunidades educacionais no que diz respeito aos cursos em nível superior, bem como garantir a qualidade na educação. Foi apresentada pelos organismos internacionais como estratégia de inclusão social dos segmentos pauperizados na educação superior, colocando o conhecimento à disposição de um número cada vez maior de pessoas.

Portanto, este artigo vem discutir a respeito das primeiras experiências de EAD no Brasil e a sua disseminação nos cursos de formação de professores. Faz referências a categorias voltadas para o tema em questão, a exemplo das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Tem como objetivo principal mostrar as mudanças ocorridas ao longo dos anos e concepções sobre esta modalidade de ensino, bem como refletir acerca da sua utilização nos dias atuais, sendo tratada como um tipo de políticas públicas de formação.

1. Alguns conceitos de educação à distância ontem

Por algum tempo, a Educação a Distância (EAD) foi tida como uma modalidade de ensino, caracterizada principalmente pelo distanciamento físico que separava alunos e professores, mediada por alguma forma de tecnologia.

Pimentel (2006), diz que o conceito de EAD abrange um vasto território de informações e que correspondem a circunstâncias históricas, políticas e sociais. Roca (2001) conceitua a EAD, como um sistema de formação sem condicionamento de

tempo e ocupação do estudante e, que apresenta vantagens específicas, como: ótima relação custo/ eficiência; expansão da formação a grupos não favorecidos por outras modalidades de ensino; o aluno assume responsabilidade pelo seu processo de aprendizagem.

Para Santos e Medina (2005), a EAD é vista como uma modalidade de ensino-aprendizagem caracterizada pela distância geográfica que separa aluno e professor, e que seu processo de interatividade entre professor e aluno é facilitado por algum tipo de tecnologia. De forma semelhante, ainda se define a EAD como um processo de ensino-aprendizagem mediado por tecnologias (a internet, o correio, o rádio, a televisão, o vídeo, o telefone, etc.), na separação espacial/ temporal de professores e alunos.

Outras características, também, ajudam a entender os conceitos sobre esta modalidade, a exemplo de: uma educação a partir de um sistema aberto; dimensão tempo/ espaço como construção subjetiva, na distância física entre professor e estudante; autonomia do aluno no processo de aprendizagem, a partir de estudos individualizados e independentes; interatividade no processo de comunicação dos sujeitos na ação educativa, no processo ensino e aprendizagem; compreensão do conhecimento em rede, com o uso de tecnologias.

Diante dos conceitos apresentados pelos diversos autores citados acima, nota-se que a “separação física” entre professor e aluno é vista como característica marcante e determinada como principal definição da EAD. No entanto, para que se compreenda a EAD conceituada e caracterizada desta forma, precisa-se conhecer seu processo histórico ao longo do tempo, bem como suas mudanças em cada contexto social; ou como diz Castells(2007, p. 523), em relação as mudanças do tempo na natureza e sociedade, “um conceito contextual do tempo humano”.

2. As primeiras experiências de Educação a Distância no Brasil

A educação a distância é conhecida desde o século XIX, com a chamada Teleducção. Surgiu com a necessidade do aperfeiçoamento profissional e cultural de milhões de pessoas e de acordo com os meios disponibilizados em cada momento histórico.

Conforme alguns estudos, a educação a distância no Brasil, era dividida em 3 gerações: a 1ª geração (1904) relacionava-se aos estudos por correspondência enviados pelos correios; a 2ª geração era realizada com telecursos na televisão, rádio e interação por telefone, satélite e TV a cabo; a 3ª geração era baseada em redes de conferências por computadores (PRETI, 2000).

Uns dos modelos de educação a distância que se consagraram na metade do século XX, foram a criação do Instituto Rádio Técnico Monitor em 1939 e o Instituto Universal Brasileiro em 1941. Já na década de 1970, considerada a segunda geração de educação à distância surgiu a oferta de cursos supletivos à distância, via satélite, acompanhados por kits de materiais impressos. A clientela para os cursos de supletivos era pessoas adultas com um mínimo de leitura e compreensão de textos, estabelecendo um processo independente de estudo. Porém, somente na década de 1990, é que houve uma maior mobilização do País para a Educação a Distância com o uso das Tecnologias da Comunicação e da Informação (TCI), onde com o crescimento da Internet em 1994, possibilitou uma maior expansão.

Com a disseminação do ensino a distância ao longo do período do século XX no Brasil, faz necessário destacar os seguintes projetos, conforme quadro abaixo:

Quadro 1: Projetos de Educação a Distância no Brasil (1904 – 1992).

ANO	PROJETOS
1904	Instituições privadas ofereciam cursos pagos, por correspondência, ofertando iniciação profissional em áreas técnicas, sem exigência de escolarização anterior.
1934	Edgard Roquete-Pinto instalou a Rádio-Escola Municipal no Rio.
1939	Surgiu o Instituto Rádio Monitor.
1941	Surgiu o Instituto Universal Brasileiro – São Paulo, com a utilização basicamente de material impresso.

1947	Nova Universidade do Ar, patrocinada pelo SENAC, SESC e emissoras associadas.
1961/ 65	Movimento de Educação de Base (MEB) – Igreja Católica e Governo Federal utilizavam um sistema rádio-educativo: educação, conscientização, politização, educação sindicalista, etc.
1970	Projeto Minerva – convênio entre Fundação Padre Landell de Moura e Fundação Padre Anchieta para a produção de textos e programas.
1972	O Governo Federal enviou a Inglaterra um grupo de educadores, tendo à frente o conselheiro Newton Sucupira: no relatório final apresentou um grande obstáculo à implantação da Universidade Aberta e a Distância no Brasil.
1970	Fundação Roberto Marinho – programa de educação supletiva a distância, para 1º e 2º graus.
1992	Foi criada a Universidade Aberta do Distrito Federal (Lei 403/1992), podendo atingir três campos distintos: <ul style="list-style-type: none"> • Ampliação do conhecimento cultural: organização de cursos específicos de acesso a todos; • Educação continuada: reciclagem profissional às diversas categorias de trabalhadores e àqueles que já passaram pela universidade; • Ensino superior: englobando tanto a graduação como a pós-graduação.

Fonte: Adaptado de Pimentel (2006).

Como pode observar no quadro 1, foi com o sistema rádio-educativa a partir da década de 1960 do século XX, que a EAD começou a ter maior expressão no País. Destacaram-se, assim, neste período iniciativas como a TV Educativa do Maranhão; a TVE do Ceará com o programa TV Escolar; a Fundação do Instituto de Radiodifusão do Estado da Bahia (IRDEB); o CEN (Centro Educacional de Niterói); o CETEB (Centro de Ensino Tecnológico de Brasília), destacando neste, o Projeto Acesso, desenvolvido em convênio com a Petrobrás; a Fundação Anchieta em São Paulo e a Fundação Educacional Padre Landall de Moura (PRETI, 1996).

O Projeto SACI (Sistema Avançado de Comunicações Interdisciplinares), já na década de 1970, foi tido como a primeira experiência educativa via satélite no Brasil. Em seguida, o Telecurso de 2º Grau, em parceria com a Fundação Padre Anchieta (TV Cultura) e Roberto Marinho (TV Globo), deu continuidade a transmissão e recepção de Tele-aulas vindo gerar o Telecurso de 1º grau na década de 80 e o Telecurso 2000, com 1º e 2º graus, na década de 1990. Ainda nesta última década, desenvolveu o projeto

“Um salto para o futuro”, e os programas da TV escola, destinados à atualização e capacitação de professores.

A Universidade de Brasília – UnB é reconhecida como pioneira nesta modalidade de ensino no Brasil, contando com o denominado Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD). Contudo, como informa Preti (2000), foi a Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT, que implementou a primeira experiência (1995) na modalidade em EAD, de um curso de graduação em licenciatura plena em educação básica, para a formação de professores em exercício, das séries iniciais do ensino fundamental. Daí passou a formar uma grande demanda de professores distribuídos por diferentes regiões de Mato Grosso. O Núcleo de Educação Aberta e a Distância – NEAD, já colaborou com outras universidades públicas de Mato Grosso, bem como as de outras regiões do país.

Para a implantação do curso de graduação para professores, o grupo formado para o NEAD contou com a participação de três instituições públicas envolvidas: UFMT, SEDUC e UNEMAT. Para isso, teve a participação de assessores de outras universidades brasileiras, bem como experiência de EAD em outros países, a exemplo da Télé-Université du Quebec (ALONSO, 2000).

Foi com o uso das Tecnologias da Informação (TIC), na década de 1990 e a expansão da internet no ambiente universitário, que se aumentou a mobilização das instituições de educação superior brasileiras para a educação a distância. Entende-se, então, que existe uma relação entre a EAD e o uso das tecnologias de comunicação, pois a modalidade da EAD só se tornou possível com o avanço destas tecnologias que foram disponibilizadas em cada momento histórico.

3. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para a Educação a Distância

Nessa modalidade de ensino, os cursos se apoiam nas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), para a utilização de videoconferências ou teleconferências com ajuda dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), obtidos pela internet.

A EAD teve como primeira tecnologia, a escrita, chamada tecnologia tipográfica (o ensino por correspondência) e, posteriormente, a tecnologia de comunicação e telecomunicações. A internet é a tecnologia de informação que teve maior crescimento e impacto social nos últimos anos. A internet tem uma velocidade de expansão impressionante, ligando centenas de redes individuais em todo o mundo através dos chamados protocolos. Os protocolos são entendidos como conjuntos de regras que supervisionam as comunicações realizadas através do sistema internet, possibilitando a troca de mensagens entre os computadores conectados. A internet vem fazendo parte de todas as áreas do conhecimento. É considerada como uma grande inovação tecnológica educacional, no sentido de ser uma ferramenta global de comunicação, sendo disseminada por todo o mundo (CASTELLS, 2007). O correio eletrônico (e-mail), é uma de suas aplicações mais popular e muito utilizada em sistemas de educação da EAD, é uma das formas para interagir com o professor e outros colegas de curso, além do AVA com os chamados “chats”.

Como a Educação à Distância é concebida como uma modalidade de ensino possibilitada pela mediação de suportes tecnológicos digitais e de rede faz-se necessário pensar a importância destes no campo do ensino no que diz respeito à prática docente, bem como os processos de aprendizagens. As Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) são consideradas o ponto chave para o entendimento das diversas mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais das últimas décadas no país e no mundo.

4. O crescimento da EAD na formação de professores

Foi no período de 2001 a 2006, que se intensificou a expansão de ensino superior em EAD. Com o estabelecimento de franquias, o Ministério da Educação credenciou durante este período 105 universidades nas esferas públicas e privadas, para cursos de graduação de professores, distribuídas nas diversas regiões do Brasil, destacando-se o setor privado. Com este número de universidades foi espalhado um grande contingente de pólos em todo o país.

De acordo com o desenvolvimento de políticas de formação de professores, esta modalidade a distância surgiu para atender a um público com as mais diversas características, destacando assim:

- Pessoas que moram em lugares distantes onde não oferecem cursos presenciais de ensino superior;
- Pessoas que buscam a facilidade de acesso aos meios que favoreçam a continuidade da formação, sem prejuízo das rotinas pessoais e profissionais;
- Pessoas com dificuldades em frequentar uma sala de aula todos os dias nos cursos presenciais;
- Pessoas movidas por imposição do sistema onde atuam em atendimento a qualificação em processos de certificação.

Uma das características marcante no perfil do estudante que assume este tipo de formação é a sua “autonomia”. Esta passa a ser elemento indispensável na ação educativa, onde os resultados da sua aprendizagem dependem inteiramente do esforço individual de cada pessoa, formando sujeitos autônomos (PRETI, 2005). A própria estrutura e organização de um curso nesta modalidade, acabam exigindo este perfil do aluno, alegando o fato de que na EAD os alunos são pessoas adultas.

Para a realização de um curso a distância, exige-se uma equipe de profissionais, que fica distribuída entre a instituição credenciada e a unidade/ polo conveniado - coordenação pedagógica do curso, coordenação de polo, secretária acadêmica, técnicos de secretaria e de informática, entre outros. E ainda, os profissionais ligados diretamente ao ensino: professor formador, tutor eletrônico ou a distância e o tutor presencial ou tutor de sala.

O tutor presencial ou de sala desenvolve um trabalho de grande importância na formação em EAD, sendo confundido muitas vezes pelos alunos com a função do professor formador. Normalmente, o tutor tem formação acadêmica na mesma área do curso em que atua, posto como uma exigência no processo de seleção. A função básica

da tutoria é levar o aluno a superar todo tipo de dificuldade na sua relação com os conteúdos do curso. Em algumas experiências utilizam-se para o tutor a terminologia orientador acadêmico, onde considera que o termo “tutor” está desgastado no âmbito de cursos tradicionais de massa de EAD, desenvolvidos ao longo do País. Como informa Foerste (2005),

[...] a função do tutor tem sofrido muitas críticas, desgastando-se, principalmente, por desempenhar um papel burocratizado, essencialmente de controle, no cumprimento de tarefas, em detrimento de processos de caráter mais interativos, voltados para a aprendizagem propriamente [...]. (FOERSTE, 2005, p. 137).

Porém, é importante entender que substituir a nomenclatura tutores por orientadores acadêmicos, ou ainda, professores-orientadores (como se apresentam em alguns contextos) não altera a concepção e a natureza do trabalho pedagógico deste profissional (o tutor). O tutor de sala tem como função de acompanhar e orientarⁱⁱ todas as atividades propostas pelo curso e, ainda contribuir efetivamente na formação dos estudantes, orientando nas atividades e esclarecendo dúvidas em relação aos conteúdos abordados, pelos professores formadores nas suas diversas especialidades. No entanto, torna-se necessário questionar: Este tutor domina todas as áreas de conhecimento envolvidas no projeto do curso? O formato destes cursos não descaracteriza a função do professor, torna-o um tutor? Mesmo com a existência destes questionamentos, o aumento dos tutores no domínio dos cursos de graduação à distância, está cada vez maior, embora este profissional em nenhum momento faça parte da elaboração dos planos de aula. Isto é o resultado das políticas de formação de professores, que para fortalecer ainda mais este formato de ensino, surge o Sistema da Universidade Aberta do Brasil, com vista à democratização e a expansão do ensino superior. (MEC/SEED, 2007).

Nesse contexto, o Ministério de Educação passou a valorizar cada vez mais a formação em educação à distância, apontando como alternativa, a promoção de programas na formação inicial de professores, orientados no documento do Plano Nacional de Educação: “Iniciar, logo após a aprovação do plano, a oferta de cursos a

distância em nível superior, especialmente na área de professores para a educação básica” (PNE, 2002).

As ações governamentais implementadas por esses diversos programas de formação ofertados na modalidade de EAD, bem como financiamento para projetos de construção de modelos alternativos e convênios entre instituições educacionais, são vistos como forma de “superar os problemas do campo educacional”.

Considerações finais

A disseminação do ensino a distância está cada vez maior no Brasil. Além das diversas universidades privadas com polos em todas as regiões, tem-se o fortalecimento e manutenção dos cursos oferecidos pela a Universidade Aberta do Brasil (UAB). Com isso, a Educação a Distância torna-se cada vez mais valorizada e passa a concorrer com o ensino presencial. Porém, analisa-se que algumas características que eram atribuídas tempos atrás aos sistemas de ensino da EAD não correspondem mais ao momento atual, mudando assim o perfil do estudante desta modalidade. Sabe-se que hoje existem as duas formas de ensino numa mesma localidade. Atualmente, o ensino a distância está sendo tão procurado quanto o presencial. Segundo dados levantados pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), através dos seus censos realizados anualmente, em termos de distribuição geográfica, a região sudeste lidera na EAD.

No entanto, quase todas as localizações no País oferecem o ensino a distância. Como dito anteriormente, os cursos que são oferecidos por esta modalidade de ensino, geralmente são os mesmos cursos oferecidos nos cursos presenciais, a exemplo dos cursos de formação de professores. Então, o problema não é mais o lugar que não oferece cursos presenciais, como nos tempos passados; ou seja, hoje ter acesso a uma formação universitária não é mais um problema. A EAD, com todas as facilidades que apresentam nos seus formatos, tornou-se uma escolha ou opção. Observa-se, ainda, que embora tenha um formato diferente do ensino presencial, a forma de certificação é a mesma. Porém, faz-se necessário questionar sobre a qualidade deste tipo de formação.

Muitas vezes, as pessoas pensam que a formação em EAD é algo “inovador”, considerada como “a educação do futuro”.

Nesta perspectiva, a concepção de formação no ensino superior, que surgiu em função de atender necessidades imediatas para a adaptação de uma prática profissional, deveria ter sido superada. É importante ainda assinalar que, se houve alguma melhoria do ensino a distância nos últimos anos, principalmente, no âmbito privado, no que diz respeito a estrutura física e funcionamento de polos, se deve muito às “críticas” que foram provocadas com os estudos realizados sobre este tema.

Portanto, deve-se contar com uma sólida formação de professores no que diz respeito a sua formação inicial. Além do que já foi dito sobre a EAD, deve-se ter o devido cuidado com o apelo de um “novo capitalismo” na esfera da educação, ou uma nova forma cultural do ensino no País, onde a preocupação maior é com um lucro gerado por uma dita “sociedade conectada” ou um “novo mundo das tecnologias”. A defesa aqui continua sendo por uma “educação pública de qualidade”.

Notas

ⁱ Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998. Regulamenta o art. 80 da LDB. (Lei nº 9.394/96). - Decreto nº 2.561, de 27 de abril de 1998. Altera a redação dos arts. 11 e 12 do Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, que regulamenta o disposto no art. 80 da Lei nº 9.394/96. - Portaria nº 301, 7 de abril de 1998 (MEC). Define normas para credenciamento de instituições para a oferta de cursos de graduação e educação profissional tecnológica à distância. - Resolução CES/ CNE nº 1, de 3 de abril de 2001. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação. - Parecer CES/ CNE nº 908/98. Especialização em área profissional. - Parecer CES/ CNE nº 617/ 99. Aprecia projeto de Resolução que fixa condições de validade do certificado de cursos de especialização. - Portaria nº 612, de 12 de abril de 1999, e Portaria nº 514, de 22 de março de 2001. Autorização e Reconhecimento de cursos sequenciais. - Decreto nº 5.622, publicado no D.O.U. de 20/12/2005 (que revogou o Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, e o Decreto nº 2.561, de 27 de abril de 1998) com a normatização definida na Portaria Ministerial nº 4.361, de 2004 (que revogou a Portaria Ministerial nº 301, de 7 de abril de 1998). (SEED/ MEC, 2007)

ⁱⁱ De acordo com Foerster (2005, p. 142), o trabalho de orientação acadêmica (tutor) “é uma dimensão que a equipe de coordenadores de pólos e autores do material didático não conseguiria atender, dada a extensão territorial abrangida em cada pólo e o grande número de alunos. Daí o trabalho do orientador acadêmico torna-se um aspecto de significado especial, porque garante, na prática, a execução de objetivos que, sem a colaboração deles, poderia correr o risco de ser frustrada”.

Referências

ABED. **Associação Brasileira de Educação a Distância**. Disponível em: http://www.abed.org.br/site/pt/midiateca/censo_ead/. Acesso em: 22/09/2019.

ALONSO, K.M. A Educação a Distância e um Programa Institucional de Formação de Professores em Exercício. In: PRETI, O. (Org.). **Educação a Distância: construindo significados**. Cuiabá: NEAD/IE – UFMT, Brasília: Plano, 2000.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: MEC, 2002.

_____. **MEC/SEED. Educação Superior a Distancia**. 2007.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Brasília, 1996.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede** (A era da informação: Economia Sociedade e Cultura; v.1). São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FOERSTE, E. Parceria na formação de professores na modalidade à distância na Universidade Federal do Mato Grosso. In: PRETI, O. (Org.). **Educação a Distância: Resignificando Práticas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

PIMENTEL, N. M. **Introdução a Educação à distância**. Florianópolis: SEAD/UFSC, 2006.

PRETI, O. (Org.). **Educação a Distância: construindo significados**. Cuiabá: NEAD/ IE – UFMT, Brasília: Plano, 2000.

_____. (Org.). **Educação a Distância: ressignificando práticas**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

_____. (Org.). **Educação a Distância: inícios e indícios de um percurso**. Cuiabá: UFMT/ NEAD/ IE, 1996.

ROCA, O. A autoformação e a Formação à Distância: As Tecnologias da Educação nos Processos de Aprendizagem. In: SANCHO, J. M. (Org.). **Para uma Tecnologia Educacional**. São Paulo: ArtMed, 2001.

SANTOS, L. P; MEDINA, S.G.P. O Processo Cognitivo e a Aprendizagem On-line: Avanço ou Retrocesso? In: RICARDO, E. J. (Org.). **Educação Corporativa e Educação a Distância**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.